

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF - PR

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Reunião Extraordinária COEDE/PR – abril/2025

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de 2025, às treze e trinta horas, online, no 6º andar, da Secretaria do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF. Situada no Palácio das Araucárias, à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Centro Cívico, Curitiba, Paraná. Iniciou-se a reunião ordinária do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência – COEDE - com a convocação: Conselheiros da Sociedade Civil: Estavam presentes: **Alexandre Salum de Oliveira** - Associação dos Deficientes Físicos do Paraná - ADFP, **Henry Baptista Xavier** – Universidade Livre Para Eficiência Humana – Unilehu; **Fátima do Rocio de Souza Gonçalves** – Associação dos Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de Paranaguá – ACEDA; **Clecy Aparecida Grigoli Zardo** – Federação das APAES – FEAPAES; **Julio César Viana** – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Maringá; **Enio Rodrigues da Rosa** – Instituto Paranaense de Cegos – IPC; **Patricia Veridiana Monteiro** – Associação dos Deficientes Físicos e Visuais de Francisco Beltrão – ADFVFB; **Sandra da Rosa Alves** – Associação de Atendimento e Apoio a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista do Norte do Paraná – ANJO AZUL; **Angela Denise Henrique Cavalheiro** – Centro Ocupacional de Londrina - COL - **Andrea Cristina de Fátima dos Santos** – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piraquara – APAE Piraquara; **Priscila Guimarães Rodrigues** – Complexo de Saúde PEQUENO COTOLENGO - justificou; **Roberto Conceição de Almeida Leite** – Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF/CPCD; **Cláudia Camargo Saldanha** – Secretaria de Educação, justificou – SEED; **Ivã José de Pádua** – Secretaria da Ciência, Tecnologias e Ensino Superior – SETI; **Valter Ribeiro da Silva** - Secretaria de Segurança Pública/ SESP; **Cleomira Ferreira Burdzinski** – Secretaria da Cultura – SEEC; **Chayanne Alessandra Telles**, justificou - Secretaria do Planejamento - SEPL. A presidente do COEDE deu as boas-vindas aos presentes e iniciou a reunião lendo a pauta: Pautas: Informes gerais: Lançamento do Edital do Concurso Público “Desafio de Inovação: bengalas inteligentes” - 02 de abril de 2025; Reunião híbrida das Comissões do COEDE/PR - 14 de abril de 2025; Plenária Ordinária COEDE/PR - 15 de abril de 2025; Evento 200 anos do Braille na Biblioteca Pública do Paraná - 16 de abril de 2025. 2. Edital nº 2/2025 - Processo Eleitoral dos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Direitos das Pessoas com Deficiência para composição do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE. O vice-presidente Ivã José de Pádua deu as boas-vindas aos presentes e apresentou os informes: Evento de Posse e Comemoração dos 10 anos do COEDE/PR - O evento será realizado no dia 15 de abril de 2025, às 10h, na Capela Santa Maria, localizada na Rua Conselheiro

Laurindo, em Curitiba. A posse simbólica contará com a presença do Secretário Rogério Carboni, além de convites estendidos ao professor Aldo, da área de Ciência e Tecnologia, e ao professor Alexandre Weber, reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). No período da tarde, a plenária específica do COEDE/PR ocorrerá no 7º andar do Palácio das Araucárias. Reuniões das Comissões No dia 14 de abril, no período da tarde, ocorrerão as reuniões das comissões, conforme rotina do Conselho. No dia 16 de abril, será realizada a plenária geral, na qual também será debatida a celebração dos 200 anos do Sistema Braille. A importância do Sistema Braille como forma de escrita das pessoas com deficiência visual foi destacada. Foi mencionada a parceria com Cleomira, da Biblioteca Pública, para a organização do evento. Sugestão de convite à Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, para reforçar a participação da área educacional. O vice-presidente propôs o convite ao Secretário Rogério Carbone, para que este contribua na consolidação da valorização do Braille no Paraná. Edital do FIA e Investimento na Área de Oftalmologia. O vice-presidente Ivã José de Pádua participou do lançamento do edital do FIA, ocorrido no Palácio Iguazu, que prevê um investimento de R\$ 159 milhões na área da oftalmologia. O recurso será destinado à aquisição de óculos para crianças com baixa acuidade visual, diagnosticadas por profissionais da oftalmologia. O conselheiro ressaltou a importância da iniciativa e informou que participou do evento representando o Conselho, com autorização da Presidente Clecy. Também destacou a conversa com o governador do estado e o secretário Rogério Carboni, reforçando a importância do trabalho desenvolvido pelo COEDE/PR no Paraná. Ao final dos informes, foi aberto espaço para esclarecimentos e manifestações dos conselheiros presentes. A conselheira Cleomira pediu a palavra e ressaltou que o vice-presidente Ivã José de Pádua convidou a Secretaria de Educação para o evento. Destacou, ainda, que durante a celebração será realizada uma homenagem ao professor Jamir, especialista em Braille da Secretaria de Educação, que recentemente se aposentou. A conselheira reforçou a importância da presença de um representante da Secretaria de Educação na cerimônia e sugeriu que a Cláudia, ou outro membro da equipe, participe do evento para prestigiar a homenagem e fortalecer o reconhecimento dos profissionais que atuam com o Sistema Braille. O conselheiro Ênio pediu a palavra e informou que, no dia 9 de abril, o Instituto realizará uma programação especial durante todo o dia em comemoração ao Dia Nacional do Braille e aos 200 anos do sistema Braille. Embora seja uma atividade mais interna, foram convidados alguns professores e professoras veteranos especializados em Braille para um bate-papo. Ele também estendeu o convite à conselheira Cléomira e ao vice-presidente Ivã José de Pádua, caso esteja em Curitiba na data. O conselheiro destacou que a programação incluirá duas rodas de conversa, uma no período da manhã e outra à tarde. Além disso, mencionou para a Conselheira Cláudia, cuja aula, no mesmo dia, abordará os 200 anos do sistema Braille, bem

como a vida e a obra de Louis Braille. Reforçou a importância da valorização do Braille, concordando com os pontos levantados anteriormente pelo vice-presidente Ivã José de Pádua. Por fim, o conselheiro Ênio aproveitou a oportunidade para reforçar um convite para o dia 10 de novembro de 2025, no auditório do Ministério Público, onde ocorrerá um debate sobre a avaliação biopsicossocial, relevante para a pauta do Conselho. Ele ressaltou que a discussão pode ser considerada uma capacitação para conselheiros e conselheiras, incentivando a participação de todos, apesar das dificuldades enfrentadas no avanço dessa temática tanto em nível nacional quanto estadual. A presidente Clecy pediu a palavra e, aproveitando o gancho da discussão, compartilhou uma conversa recente que teve com o Alexandre e com a Dra. Mariana, que entrou em contato durante a semana solicitando a presença da rede na pauta em questão. Ela destacou a importância do tema e reforçou que, apesar de todas as diretoras estarem em Foz do Iguaçu na data do evento, irá conversar com a Camila ainda nesta tarde para mobilizar as assistentes sociais da rede, garantindo a participação delas. Segundo a presidente, essa é uma discussão de extrema relevância para todos e que, conforme mencionado anteriormente, ainda avança de forma lenta, havendo algumas dúvidas sobre o tema. Por fim, informou que tratará do assunto com o Alexandre logo após a reunião e pediu desculpas antecipadamente à Dra. Mariana, reiterando que toda a equipe da rede estará em Foz. O conselheiro Ênio pediu a palavra e comentou sobre a possibilidade de habilitação das APAEs para realizarem avaliações baseadas no modelo biopsicossocial. Segundo informações recentes compartilhadas por Liliane, a Federação Nacional das APAEs estaria envolvida nessa discussão, considerando a viabilidade de inserir as APAEs nesse processo, especialmente em municípios do interior, onde a demanda por esse tipo de avaliação é significativa. Diante dessa possibilidade, o conselheiro destacou a importância da presença das APAEs nas discussões sobre o tema, reforçando que, caso o processo avance em nível nacional, é provável que as equipes técnicas dessas instituições sejam capacitadas para conduzir as avaliações. Ele ressaltou que, embora a participação das direções das APAEs seja relevante, o foco principal deve estar na presença dos profissionais que, futuramente, poderão atuar diretamente na implementação desse modelo. A presidente Clecy pediu a palavra para esclarecer que, ao mencionar a importância da presença da direção, referia-se à participação conjunta com os assistentes sociais. Destacou que Ivone Major e outra profissional, cujo nome não se recordava no momento, estão ativamente envolvidas nessa articulação em nível nacional. Ela também aproveitou para registrar seu compromisso em mobilizar as assistentes sociais e, caso não seja possível, as psicólogas para prestigiarem o evento. Ressaltou a importância da presença dessas profissionais, especialmente porque o presidente da instituição não poderá comparecer, uma vez que estará em Foz do Iguaçu. O conselheiro Roberto pediu a palavra e destacou a importância do evento que ocorrerá no dia

seguinte, relacionado ao lançamento do edital do concurso nacional de produção de protótipos de bengalas com tecnologia assistiva. Ele ressaltou que essa iniciativa marca um momento significativo na luta das pessoas com deficiência, pois, historicamente, muitas tecnologias eram desenvolvidas por terceiros, sem a participação direta das pessoas cegas ou com baixa visão. Diferentemente do modelo tradicional, este projeto foi estruturado com discussões e consultas diretas a pessoas cegas e com baixa visão, que ajudaram a definir parâmetros e requisitos essenciais para o desenvolvimento dos protótipos. O edital está aberto para a participação de startups, universidades e empresas, garantindo um envolvimento mais amplo e qualificado na construção dessas novas tecnologias. Um dos principais requisitos estabelecidos para os protótipos é a capacidade de detectar obstáculos acima da cintura, o que representa um avanço na segurança e na autonomia da mobilidade das pessoas com deficiência visual. O conselheiro enfatizou que o processo de desenvolvimento dessas bengalas será inovador e colaborativo, reunindo diferentes atores para criar soluções eficazes e acessíveis. Por fim, reforçou a importância da participação de todos nesse processo e concluiu incentivando a construção coletiva desse marco na história da acessibilidade e da tecnologia assistiva. O conselheiro Felipe pediu a palavra para complementar a discussão, mencionando que chegou um pouco atrasado, pois estava no carro. Ele explicou que toda essa iniciativa surgiu por meio da Secretaria de Inovação, que fez a conexão com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Inicialmente, ao tomar conhecimento do recurso disponível, Felipe, Roberto e Ivan imaginaram que ele poderia ser utilizado para a aquisição de bengalas, considerando que durante uma feira em São Paulo, Roberto conseguiu comprar uma bengala de qualidade por um preço acessível. No entanto, esclareceu que, como o recurso vem da área de inovação, ele não pode ser usado para compras diretas de equipamentos, mas sim para o desenvolvimento de novas tecnologias assistivas. O conselheiro destacou que o objetivo do edital é estimular a criação de novas tecnologias e materiais que melhorem a mobilidade das pessoas com deficiência visual. Ele reforçou que um dos requisitos do edital é que a bengala física precisa existir, podendo ter tecnologias assistivas agregadas a ela. Felipe avaliou que essa é uma proposta ambiciosa, considerando que já existem diversas bengalas desenvolvidas no exterior. No entanto, ressaltou dois pontos fundamentais para o sucesso do projeto: A inovação tecnológica, garantindo uma melhor mobilidade para pessoas cegas. A acessibilidade financeira, pois não adianta desenvolver um equipamento inovador se ele tiver um custo muito alto e inviabilizar seu acesso. Ele afirmou que o lançamento do edital será um momento importante e que todos estão ansiosos para ver as propostas que surgirão. Além disso, Felipe compartilhou uma informação sobre um evento do qual participou naquela manhã. Ele destacou a parceria entre a Associação Paranaense de Oftalmologia, a Secretaria de Estado e a ONG Renovati, que atua no terceiro setor e realiza exames

de acuidade visual, oftalmológicos e entrega gratuita de óculos. O governador do estado recebeu oficialmente a entrega de um caminhão e um ônibus que percorrerão 80 cidades do Paraná, levando esses serviços oftalmológicos. O projeto, que recebeu R\$ 1,4 milhão do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), foi um grande sucesso e deve atender inicialmente 60 mil crianças. Felipe finalizou destacando que essa iniciativa pode servir como piloto para outras ações futuras, já que o governador demonstrou grande interesse no projeto. Ele afirmou que levará essa pauta para a próxima reunião do conselho, pois considera uma ação extremamente positiva. O conselheiro Ênio pediu a palavra para levantar uma questão por curiosidade. Ele mencionou que esse tema provavelmente será discutido mais adiante, mas gostaria de saber se a ação contempla ou está integrada a um processo de encaminhamento para crianças que precisem de consultas médicas ou tratamentos oftalmológicos mais específicos. Além disso, questionou se há algum planejamento para lidar com situações excepcionais, nas quais crianças diagnosticadas durante os exames possam necessitar de atendimento especializado além da simples prescrição e entrega dos óculos. Ele encerrou sua fala destacando a importância de considerar essas demandas dentro da iniciativa, garantindo que as crianças não apenas recebam o exame e os óculos, mas também tenham acesso ao tratamento adequado, caso necessário. O conselheiro Felipe se pronunciou para esclarecer a questão levantada. Ele explicou que o processo inclui uma triagem inicial, que será feita nas escolas. Felipe relatou que acompanhou a primeira execução do projeto em Marechal Cândido Rondon e destacou que o exame oftalmológico é realizado por profissionais especializados, utilizando equipamentos de ponta. O processo identifica tanto as crianças que precisam apenas de óculos quanto aquelas que necessitam de tratamento oftalmológico mais complexo. Ele reforçou que a Secretaria de Saúde estará envolvida para dar encaminhamento aos casos que demandem atendimento especializado. Felipe reconheceu que o evento foi organizado de forma muito rápida, mencionando que a agenda do governador só foi confirmada na quarta-feira anterior, o que impactou a divulgação. Ele pediu desculpas ao conselho pela falta de informações antecipadas, mas garantiu que haverá outras oportunidades para acompanhar a iniciativa em municípios futuros e participar mais ativamente do processo. O vice-presidente Ivã pediu a palavra para dar continuidade à reunião e direcionar a discussão para a pauta do edital. Ele mencionou que o assunto em questão é o edital das eleições do CONADE e perguntou se poderia ser tratado naquele momento. Após a confirmação dos presentes, Ivã sugeriu que a Herica realizasse a leitura do edital, mas também se dispôs a explicá-lo, caso fosse a preferência dos conselheiros. Em seguida, questionou se todos concordavam com a leitura do documento e, diante da aprovação, deu início à leitura do edital pela presidente do Conselho Clecy. 2. Edital nº 2/2025 - Processo Eleitoral dos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Direitos das Pessoas com Deficiência

para composição do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Publicado em: 21/03/2025 | Edição: 55-A | Seção: 3 - Extra A | Página: 3 - Órgão: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência/Diretoria de Relações Institucionais/Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - EDITAL Nº 2/2025 - PROCESSO Nº 135.227847/2024-90 - PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHOS ESTADUAIS, DISTRITAL E MUNICIPAIS DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DURANTE O MANDATO DE 2025-2028. A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CONADE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Conselho, torna público o EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DOS CONSELHOS ESTADUAIS, DISTRITAL E MUNICIPAIS DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA COMPOSIÇÃO DO CONADE. 1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. 1.1. Ficam convocados os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais para o processo de habilitação estabelecido neste Edital, visando a participação no Processo Eleitoral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE, para o triênio 2025-2028. 1.2. Os conselhos interessados, na condição de candidatos e/ou eleitores, deverão apresentar a documentação exigida no período de 21 de março até às 23h59 minutos do dia 07 de abril de 2025, horário de Brasília. O envio deverá ser realizado por meio eletrônico (e-mail: processoeleitoralconade@mdh.gov.br) ou presencialmente no CONADE, situado no SCS Quadra 09, 8º andar, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, sala 818-C, Asa Sul - CEP 70.308-200, Brasília-DF. 1.3. Os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência deverão comprovar que se encontram legalmente constituídos e em pleno funcionamento. 1.4. Documentos exigidos para habilitação: a) Ofício solicitando a habilitação como Conselho candidato e/ou eleitor; b) Ata da reunião plenária ordinária ou extraordinária do Conselho deliberando pela participação no processo eleitoral; c) Cópia do ato de criação do respectivo Conselho com eventuais alterações posteriores; d) Cópia da ata da posse dos atuais conselheiros e da respectiva presidência; e) Cópia da ata das duas últimas reuniões realizadas nos 12 meses antecedentes, assinadas ou com lista de presença anexa; f) Declaração do representante legal confirmando a autenticidade dos documentos apresentados, nos seguintes termos: "Declaro, sob as penas da lei, a veracidade dos dados e dos documentos apresentados para a habilitação do (nome do conselho) no processo eleitoral para composição do CONADE, triênio 2025-2028." 1.5. Os documentos deverão ser enviados de forma legível e no formato "PDF pesquisável" (digitalizado com tecnologia OCR). Documentos não legíveis ou enviados fora do formato exigido não serão válidos nem aceitos, implicando sua desconsideração, para efeitos de

habilitação. 1.6. A inscrição é gratuita. 1.7. Todas as despesas relacionadas à participação no processo eleitoral serão de responsabilidade dos Conselhos inscritos. 2 - COMISSÃO ELEITORAL. 2.1. Os documentos serão analisados pela Comissão Eleitoral instituída por meio da Resolução CONADE nº1 de 28 de fevereiro de 2025, que é composta por: a) Um representante do CONADE; b) Um representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; c) Um representante do Ministério Público Federal. 2.2. Nenhum membro da Comissão Eleitoral poderá integrar organizações ou conselhos candidatos ou eleitores no processo. 3 - PROCESSO ELEITORAL. 3.1. O resultado preliminar da habilitação será divulgado no site (<https://www.gov.br/participamaisbrasil/processo-eleitoral-conade-2025>) até às 23h59 minutos do dia 11/04/2025. 3.2. Os Conselhos poderão interpor recurso até às 23h59 minutos do dia 14 a 16/04/2025, via email ou presencialmente na sede do CONADE. 3.3. O resultado final será homologado e publicado no mesmo site até o dia 23/04/2025. 3.4. A eleição ocorrerá via videoconferência (plataforma Teams) no dia 09 de maio de 2025. Conselhos habilitados receberão o acesso por e-mail com até 5 dias de antecedência. 4 - COMPOSIÇÃO DO CONADE 4.1. Os representantes eleitos serão: Titular: Conselho Estadual/Distrital mais votado; · Suplente: Conselho Estadual/Distrital segundo mais votado; · Titular: Conselho Municipal mais votado; · Suplente: Conselho Municipal segundo mais votado. 4.2. Os Conselhos eleitos deverão apresentar até o dia 22/05/2025 os documentos pessoais (CPF e RG) dos titulares e suplentes. 5 - DISPOSIÇÕES FINAIS 5.1. O período de inscrição poderá ser prorrogado pela Comissão Eleitoral, caso o número de inscrições seja inferior ao previsto. 5.2. As informações serão divulgadas no site (<https://www.gov.br/participamaisbrasil/processoeleitoral-conade-2025>). 5.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral. 5.4. Prazos Ação Data Lançamento do edital 21/03/2025 Período de Inscrições 21/03/2025 até dia 07/04/2025 Reunião da Comissão Eleitoral 07/04/2025 a 09/04/2025 Resultado da etapa de habilitação 11/04/2025 Período de interposição de pedido de reconsideração do resultado da etapa de habilitação 14/04/2025 até o dia 16/04/2025 Reunião da Comissão Eleitoral 17/04/2025 Resultado da interposição de Recurso 22/04/2025 Homologação via DOU dos Conselhos habilitados 23/04/2025 Assembleia de Eleições 09/05/2025 Publicação da relação dos Conselhos eleitos para compor o CONADE no triênio 2025-2028 12/05/2025 Prazo para Indicação dos representantes dos Conselhos 12/05/2025 até o dia 22/05/2025 Publicação de portaria dos representantes dos Conselhos 26/05/2025 Posse 25/06/2025 ANNA PAULA FEMINELLA Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência ANEXO I - DECLARAÇÃO DE VERACIDADE (Em papel timbrado da entidade) Declaro, sob as penas da lei, a veracidade dos dados e documentos apresentados para a habilitação da (nome da entidade) no Processo Eleitoral para composição do CONADE, triênio 2025-2028. Local, data. Nome do Presidente ou

representante legal RG CPF - ANEXO II - INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE (Em papel timbrado da entidade) Declaro o(a) _____ como indicado(a) pelo (nome do Conselho), para representar este Conselho na Eleição das organizações da sociedade civil para compor o CONADE - Biênio 2025-2026.

Nome: _____ CPF: _____

(Local e data). O vice-presidente pediu a palavra para compartilhar informações sobre a participação no FÓRUM BRASILEIRO DE CONSELHOS ESTADUAIS E DO DISTRITO FEDERAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Ele explicou que, embora o fórum não tenha CNPJ, ele reúne representantes dos conselhos estaduais e municipais. Ele destacou que, mesmo diante de desafios impostos pelo atual governo, conseguiram conquistar duas vagas no fórum: uma para os conselhos estaduais (titular e suplente) e outra para os conselhos municipais. Ivã lembrou que, no governo anterior, o Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência chegou a ser extinto e, quando foi recomposto, a ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação) não teve sua participação garantida, o que levou a entidade a entrar com uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) no STF. Como resultado, foi criado um grupo de trabalho, no qual ele concorreu a uma vaga, mas acabou não sendo eleito por três votos. Ele mencionou que o representante escolhido pelo governo anterior não teve uma participação ativa, comparecendo a poucas reuniões ou saindo antes do término. Por outro lado, Paulo Carneiro, do Maranhão, presidente do FORBRACE, tem sido um defensor ativo dos direitos das pessoas com deficiência. Sobre a cadeira no Conselho Nacional, Ivã explicou que sua manutenção depende do financiamento pela Secretaria de Estado ou município que indicar o representante e que a vaga precisa passar por um processo eleitoral. Estados como São Paulo, Pará e Maranhão já demonstraram interesse em ocupar essa posição. Diante desse cenário, Ivã manifestou seu entendimento de que não há condições de disputar a vaga no momento, mas que o conselho deve se posicionar no direito a voto. Ele propôs que essa decisão fosse discutida posteriormente com o colegiado e destacou a importância de pontuar no FORBRACE a ausência do representante anterior nas reuniões. Por fim, ele reforçou que a estratégia mais viável agora é garantir o direito a voto, deixando a escolha de como votar para um momento posterior, em discussão com o colegiado. A presidente do conselho pediu a palavra para reforçar seu apoio à fala de Ivã e destacar a importância da participação. Ela lamentou a derrota de Ivã na eleição anterior, mencionando que houve articulação para garantir sua vaga, mas, no final, o cargo foi conquistado por um representante da região Norte. Segundo ela, foi uma lástima, pois acredita que Ivã teria desempenhado um papel mais ativo e contribuído significativamente para o trabalho do grupo. Apesar disso, ressaltou que Ivã continua presente e atuante, e expressou que quem disputou vaga no grupo de trabalho venha a ser candidato novamente à vaga de representante do conselho estadual, mesmo que ele ainda não tenha se

manifestado oficialmente sobre essa possibilidade. O vice-presidente Ivã se manifesta de forma firme, declarando que, em sua opinião, o atual representante não deve ser reeleito, pois não participou das reuniões do grupo de trabalho e sequer apresentou relatórios sobre sua atuação. Ele afirmou que seu voto será contrário à reeleição desse representante e que pretende apoiar candidaturas de pessoas realmente engajadas, como os representantes de São Paulo—que já votaram a favor da candidatura anterior e participam ativamente—e do Maranhão. Ivã reforçou que é essencial votar em quem realmente quer atuar, e não apenas ocupar um cargo. Ele ainda destacou que, caso tivesse sido eleito, teria participado ativamente das reuniões e contribuído para os debates, pois tem compromisso com essa agenda. A presidente se manifesta, reconhecendo a habilidade de Ivã em estar presente e atuante nos espaços de discussão. Ela destaca que conhece o esforço que ele faz para participar das reuniões e contribuir com os debates, reforçando sua dedicação à causa. O vice-presidente se manifesta, reforçando sua posição crítica em relação à ausência de determinados representantes nas reuniões. Ele destaca que a falta de participação ativa deve ser considerada na hora da votação e menciona que a situação foi um reflexo da gestão anterior do CONADE, sob a liderança de Décio, que atualmente ocupa a vice-presidência. Além disso, ele aponta que o governo atual enfrenta dificuldades na reorganização desse cenário. O vice-presidente ressalta que, independentemente dessas questões, é fundamental registrar que o representante em questão não compareceu às reuniões, e essa informação será levada em consideração no debate do dia 4. Ele finaliza enfatizando sua posição contrária à eleição de candidatos que não demonstram comprometimento efetivo com a participação no colegiado. A presidente se manifesta, destacando que ele foi eleito por uma diferença de apenas três votos. Ela menciona que ele alegou algumas dificuldades para justificar sua ausência, mas que essas justificativas não foram muito convincentes. Além disso, enfatiza que ele não participou das atividades como deveria. Por fim, ela reforça que, embora ele possa ser candidato novamente, não deve receber o voto do grupo, ao menos da parte deles. O conselheiro Roberto se manifesta: "Então, resumidamente, ele foi eleito, mas não exerceu o mandato." A presidente se manifesta: "Ele não fez a entrega daquilo que deveria ter feito, entendeu? Não exerceu o mandato e não cumpriu com o compromisso para o qual foi votado." Só pegando um gancho na fala do Ivan, no primeiro momento, quando recebi esse material, imaginei que poderíamos articular os conselhos municipais para que se inscrevessem. Temos um número considerável de conselhos municipais. Levantei os registros no CONADE e percebi que há um número muito pequeno lá—estão registrados apenas 60, mas, na realidade, temos 219. Conversei e pedi à nossa procuradora, Dra. Amanda Laís, que nos orientasse para tentarmos ajudar nessa articulação. No entanto, vejo um fator impeditivo no que o Ivan mencionou: aquele que for eleito terá que arcar com os custos das viagens por conta própria ou pela sua instituição de origem. Dessa forma, em uma

eleição com um formato diferente, acredito que o Paraná teria totais condições de articular os conselhos municipais para votar e ser votado. Temos um número significativo de conselhos que poderiam participar ativamente desse processo." Manifestação do Conselheiro Roberto: O Conselheiro Roberto ressaltou que, caso o eleito seja oriundo de um conselho municipal com maior estrutura, como o de Curitiba, há plenas condições de custear as viagens necessárias, sem dificuldades. Em seguida, retomou um ponto da discussão, esclarecendo que, ao que lhe parece, a ação junto ao STF foi movida pela Federação Down, e não pela AMPID. Destacou, ainda, que, conforme sua compreensão, o acórdão proferido pelo ministro Toffoli foi direcionado à Federação Down. Manifestação do Conselheiro Ênio: O Conselheiro Ênio pediu esclarecimentos ao Ivan sobre o assunto em debate. Demonstrando certa dúvida, questionou: *"Ô Ivan, diga aí. Vamos lá. A coisa tá acontecendo e eu estou tentando entender tudo isso. Você mencionou 'food, food'. O que exatamente é isso? É um fórum? Como funciona? Os conselhos estaduais e municipais nunca tiveram assento no CONADE?"* Manifestação do Vice-Presidente O Vice-Presidente esclareceu a dúvida do Conselheiro Ênio, informando que os conselhos estaduais e municipais sempre tiveram assento no CONAD até a suspensão do conselho pelo governo anterior. Após essa suspensão, foi realizada uma reformulação do decreto. O Conselheiro Ênio questionou se, com a mudança de governo, houve a recomposição das cadeiras no CONAD. A Presidente respondeu que não houve recomposição, afirmando: *"Não veio, não tivemos."* O Vice-Presidente complementou que a atual gestão manteve as decisões do governo anterior, sem promover alterações na composição das cadeiras: *"Não veio, manteve o que havia sido feito pelo governo anterior até agora. As vagas das cadeiras do governo anterior foram mantidas."* A Presidente reforçou a informação, destacando a ausência de representação: *"As vagas das cadeiras do governo anterior foram mantidas. Ficamos sem, professor."* O Conselheiro Ênio então questionou: *"Então, a vaga anterior foi perdida e os conselhos estaduais e municipais ficaram sem representação no CONADE, mesmo neste governo?"* O Vice-Presidente confirmou: *"Sim, até agora. Só houve alguma mudança por conta da DPF."* O Conselheiro Roberto esclareceu a questão, afirmando: *"Acho que a pergunta central é a seguinte: foi realizada uma nova eleição depois? Não. Portanto, não foi uma simples manutenção da composição anterior, mas sim a consequência da ausência de um novo processo eleitoral. Para compreender melhor, a composição anterior permaneceu porque não houve uma nova eleição."* O Vice-Presidente esclareceu que não houve possibilidade de realização de eleições devido à ausência de vagas:

"Não havia como realizar a eleição porque não existiam vagas disponíveis. Quando o governo anterior extinguiu o CONADE, foi feita uma reformulação que suprimiu essas duas vagas. Sem essas vagas, a situação permaneceu inalterada até o momento. Agora, com a DPF do Supremo, as eleições estão sendo realizadas." O Conselheiro Ênio solicitou esclarecimentos sobre a questão em debate,

afirmando: "Participando de discussões anteriores, lembro que os conselhos estaduais e municipais possuíam representação no CONADE. Com a entrada do governo Bolsonaro, essa representação foi retirada. No atual governo, houve uma tentativa de reorganização, porém, a não representação dos conselhos municipais e estaduais foi mantida. Essa interpretação está correta?" A presidente e o vice concordam. O Vice-Presidente ressaltou a desorganização na gestão atual, afirmando que há falta de direcionamento e clareza nas decisões. Comentou ainda que, embora não quisesse expor publicamente, considera que a situação demonstra uma evidente desorientação por parte dos responsáveis. Manifestação do Conselheiro Roberto: O Conselheiro Roberto destacou que a retomada dessas cadeiras no CONADE só está ocorrendo devido à articulação da sociedade civil, em conjunto com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público e com a representação da classe trabalhadora, que já existia anteriormente. Ele explicou que essa retomada foi possível graças à ADPF movida pela FEAPAES e à decisão judicial do STF. Somente a partir dessa determinação judicial é que a gestão de Ana Paula Feminela foi obrigada a atender às demandas que já vinham sendo apresentadas desde 2022. O Conselheiro Ênio solicitou esclarecimentos sobre a representação do Conselho Estadual, questionando se, conforme previsto no edital, bastaria o envio da documentação necessária e o cumprimento dos critérios estabelecidos para garantir a habilitação como votante. Destacou que, pelo que ouviu, todos os requisitos foram atendidos. Manifestação do Vice-Presidente: O Vice-Presidente confirmou que se trata de uma vaga para representação distrital e estadual. Sugeriu que o Conselho se habilite como votante e indique voto em candidatos que se contrapõem ao atual status quo do CONADE. Manifestação do Conselheiro Ênio: O Conselheiro Ênio expressou sua posição em relação ao debate, afirmando que não tem participado das discussões e, por isso, não possui conhecimento pleno do processo. Declarou que, embora não tenha certeza se concorda com os encaminhamentos propostos, também não pretende polemizar sobre o assunto. Destacou que considera uma falha grave o fato de a atual gestão não ter garantido a representação dos conselhos estaduais e municipais na recomposição do CONADE. No entanto, ressaltou que essa questão não pode ser o único critério para posicionar-se contra todo o processo político envolvido. O Conselheiro enfatizou a importância de verificar se há pessoas com deficiência participando do processo de candidatura, pois considera esse um dado significativo. Sobre a participação de São Paulo, mencionou que sempre teve algumas divergências com o grupo por questões políticas mais amplas, mas reforçou que sua principal preocupação é garantir a participação do COEDE no processo. Por fim, declarou que, a partir desse ponto, se abstém dos encaminhamentos conduzidos pelo Vice-Presidente e pela presidente, devido à sua falta de envolvimento nas negociações políticas anteriores. Manifestação do Vice-Presidente: O Vice-Presidente esclareceu que concorda totalmente com a importância de votar em

peessoas com deficiência e garantiu que essa questão está sendo considerada na indicação de votos. Destacou que a participação como eleitor é essencial, mesmo diante das falhas no processo anterior. Explicou que ele e a presidente avaliaram que não há chances reais de disputar uma vaga, razão pela qual optaram por não ser candidato. Ressaltou que o atraso na participação do Paraná no grupo de trabalho foi consequência da articulação liderada por Roberto Carlos, representante do governo anterior, que desestruturou o CONADE e depois o reconduziu conforme seus interesses. Reconheceu que o atual governo manteve essa estrutura, mas reforçou que não há alinhamento com aqueles que contribuíram para a extinção do CONADE e posteriormente tentaram se reposicionar. Mencionou que os candidatos de São Paulo e Maranhão são pessoas com deficiência e cadeirantes, envolvidos na luta pelos direitos desse público. Citou especificamente Ariane, de São Paulo, por sua forte articulação e amplo entendimento sobre a concepção de direitos das pessoas com deficiência, e Paulo Carneiro, caso ele seja candidato, destacando-o como uma excelente opção. Por fim, afirmou que não houve reuniões ou articulações nacionais por parte dele ou da presidente. O que está sendo trazido à discussão são apenas as informações obtidas sobre o processo em andamento.

Manifestação da Presidente Clecy: A Presidente Clecy pediu calma e expressou seu entendimento sobre a questão, afirmando que considera legítimo o Paraná se candidatar tanto para votar quanto para ser votado. No entanto, demonstrou preocupação com a possibilidade de, nessa articulação, perder novamente para o mesmo grupo que já os derrotou anteriormente. Concordando com o posicionamento de Ivan, destacou que há o risco de São Paulo também ser prejudicado nesse processo. Enfatizou a importância de garantir a eleição de representantes alinhados com seus princípios e ações, ressaltando que São Paulo e Maranhão possuem essa sintonia. Relembrou que, na eleição passada, o Paraná recebeu votos de São Paulo, Santa Catarina e Goiás, mas acabou sendo derrotado pelo grupo opositor, que já deve estar articulado, mesmo que ainda não tenham iniciado conversas com ele. Finalizou afirmando que o objetivo do debate é justamente discutir estratégias e garantir uma articulação eficaz.

Manifestação do Conselheiro Roberto: O Conselheiro Roberto retomou a questão da eleição e expressou uma dúvida sobre o processo eleitoral. Ele questionou como é feita a escolha do candidato que ocupará a vaga de Conselho Estadual no CONADE. Perguntou se a definição ocorre por meio de uma reunião extraordinária entre todos os membros do COEDE para decidir em qual candidato será votado, buscando esclarecer o procedimento adotado para essa decisão.

Manifestação do Vice-Presidente: O Vice-Presidente respondeu ao questionamento do Conselheiro Roberto, esclarecendo que ainda não se sabe quem são os candidatos. Explicou que, posteriormente, a comissão eleitoral deverá encaminhar um link para que as pessoas possam votar online.

Manifestação do Conselheiro Roberto: O Conselheiro Roberto esclareceu que compreendeu a questão de ainda não se saber quem são

os candidatos. No entanto, questionou sobre o processo de definição do voto do estado do Paraná. Ele perguntou se a escolha do voto será feita a partir de uma reunião entre os membros do COEDE para decidir em qual Conselho Estadual votar, como, por exemplo, no do Maranhão ou no de São Paulo. Reforçou que essa era a sua única dúvida no momento. Manifestação da Presidente Clecy: A Presidente Clecy respondeu ao questionamento do Conselheiro Roberto, afirmando que acredita que haverá esse momento de definição. Explicou que os postulantes serão conhecidos no dia 23 de abril e sugeriu que o grupo se reúna na próxima semana para discutir a questão e definir o voto, garantindo um alinhamento entre os membros. Manifestação do Conselheiro Ênio: O Conselheiro Ênio buscou esclarecer o processo eleitoral, destacando sua interpretação do edital. Explicou que, inicialmente, o COEDE deve se habilitar enquanto instituição e indicar titulares e suplentes, que posteriormente serão votantes e também candidatos. Pontuou que a discussão no momento parece estar focada em dois aspectos: Decidir se o COEDE irá ou não se habilitar no processo. Definir quais serão os indicados do COEDE para participar da assembleia. Mencionou que, conforme o edital, após o encerramento do processo de habilitação, será determinado quantos conselhos estaduais e municipais participarão e quem os representará na assembleia. Por fim, questionou se o Vice-Presidente Ivan será necessariamente o representante do COEDE pelo fato de ocupar a presidência ou se ele e a Presidente Clecy dividirão essa responsabilidade. Destacou ainda que, uma vez constituída a assembleia com um número determinado de votantes, o processo eleitoral seguirá com os votos sendo direcionados aos candidatos, e aqueles com maior número de votos serão eleitos. Manifestação do Conselheiro Roberto: O Conselheiro Roberto buscou esclarecer a dinâmica do processo de votação dentro do COEDE. Destacou que os conselhos estaduais são compostos de forma paritária entre representantes do governo e da sociedade civil. Ressaltou que, pelo entendimento atual, o COEDE do Paraná não participará como candidato, mas sim como eleitor. A partir disso, questionou como será definido o voto do Conselho Estadual do Paraná, enfatizando a necessidade de uma discussão entre os integrantes do COEDE – tanto governamentais quanto não governamentais – para tomar essa decisão. Sugeriu que a presidência ou a vice-presidência poderão representar o COEDE na votação, sem problema, mas ressaltou que essa representação deve seguir a decisão coletiva do colegiado. Concluiu afirmando que acredita que esse seja o procedimento correto e buscando confirmação dos demais. Manifestação do conselheiro Enio : O Conselheiro Ênio destacou um ponto importante, afirmando que compreende a preocupação do Conselheiro Roberto. No entanto, ressaltou que o Conselheiro Ivã se antecipou ao processo, realizando previamente uma defesa e uma declaração de voto. Manifestação do Conselheiro Roberto: O Conselheiro Roberto esclareceu que o Conselheiro Ivã apresentou a defesa de que o grupo participe apenas como eleitor, sem lançar candidatura. Manifestação do Conselheiro Ênio: O Conselheiro Ênio

destacou que, se o voto é do COEDE, a discussão sobre a escolha deve ocorrer dentro do colegiado. Reforçou que essa é a questão central e concordou com a necessidade de um debate interno para definir a posição do COEDE. Manifestação do Vice-Presidente: O Vice-Presidente esclareceu o cronograma do processo eleitoral, conforme estabelecido no edital. Informou que no dia 23 de abril serão homologados os conselhos votantes e os que desejam ser votados. No dia 6 de maio ocorrerá a plenária do COEDE, na qual serão analisados os candidatos e definida a posição do colegiado. A eleição será realizada no dia 9 de maio. Ele destacou que, se o processo for presencial, a votação dependerá da organização da comissão eleitoral, mas acredita que será realizada de forma online. Comprometeu-se a representar o COEDE na votação, uma vez que estará na presidência, e ressaltou que ele e a Clecy poderão votar conforme a decisão tomada na plenária do dia 6 de maio. Manifestação da Presidente: A Presidente esclareceu sua preocupação em relação ao custeio e à necessidade de uma reunião extraordinária para formalizar uma ata, a fim de definir se o COEDE se colocaria como candidato ou apenas como votante. Relatou que conversou com diversos conselhos da região e que muitos demonstraram apreensão com a possibilidade, principalmente devido à falta de recursos, pois os municípios não arcariam com os custos. Ela destacou que o COEDE encaminhou o edital para todos os conselhos do Paraná no mesmo dia em que foi publicado no grupo, mas não há certeza se os conselhos realmente leram ou sequer abriram os e-mails. Diante da proximidade do prazo final, que se encerra no dia 7, ressaltou a necessidade de uma articulação urgente para que os conselhos se inscrevam como votantes. Além disso, reforçou que aqueles que tiverem condições podem se habilitar para serem votados, cabendo ao COEDE coordenar essa mobilização. A Presidente mencionou que, ao tomar conhecimento do edital, prontamente buscou apoio, conversando com o Presidente Alexandre e solicitando auxílio da assessoria jurídica, que alertou sobre as dificuldades do processo. Ainda assim, tentou dialogar com conselhos menores da região e percebeu a complexidade da situação. Como já havia uma reunião marcada, optou por trazer o assunto para discussão no momento oportuno. Por fim, destacou que, de acordo com os registros do CONADE há 63, mas temos cerca de 219 conselhos no estado, mas para garantir um candidato municipal será necessária uma ampla articulação. Mencionou que estados como São Paulo, Minas Gerais e Goiás já estão organizados e que o Paraná precisará se mobilizar para concorrer de forma competitiva. Manifestação do Vice-Presidente: O Vice-Presidente propôs a definição do processo, destacando que as homologações ocorrerão no dia 23. No dia 6, a questão será levada à plenária já com os nomes dos candidatos homologados. A partir dessa etapa, será realizada uma decisão democrática sobre quem será apoiado pelo COEDE. Reforçou que tanto ele quanto a Clecy serão responsáveis por executar a deliberação do conselho, garantindo que a decisão coletiva seja respeitada e seguida. Manifestação do Conselheiro Ênio

O Conselheiro Ênio concordou com a decisão de levar a discussão para o dia 6 de maio, considerando que essa data está adequada para a deliberação. Ele afirmou que não tem preocupações em relação a quem votará, seja o Vice-Presidente ou a Presidente Cleci, pois entende que há uma configuração já delineada do processo. Ênio reconheceu a preocupação e sugestão do Vice-Presidente, mas ponderou que, neste momento, uma mobilização tardia pode não surtir efeito prático, especialmente considerando que a orientação do grupo já é de apenas votar e não concorrer. Ele ressaltou que uma mobilização maior só faria sentido caso houvesse um cenário nacional com forças políticas altamente antagônicas, que exigissem um esforço de articulação para angariar votos e contrabalançar um possível grupo adversário. No entanto, ele não vê essa situação como o foco principal da discussão. Antes de se retirar da reunião, Ênio pediu um esclarecimento ao Vice-Presidente sobre quem é Roberto Carlos e qual sua origem, já que não estava acompanhando esse ponto da conversa. Manifestação do Vice-Presidente Ivan O Vice-Presidente Ivan esclareceu que Roberto Carlos é do Conselho de Minas Gerais, embora tenha origem no Paraná. Destacou que ele é uma pessoa de bom coração, muito querida e respeitada, porém reconheceu que ele tem certa dificuldade em organizar suas agendas e cumprir compromissos relacionados à representação que assume. Ivan mencionou que percebeu a ausência de Roberto Carlos em reuniões importantes, o que lhe causou certo descontentamento, pois ele acredita que assumir uma representação exige comprometimento rigoroso com horários e datas. Ele ressaltou que essa é a postura que adota em sua atuação tanto na universidade quanto em outros espaços institucionais. **PARECER DO COEDE:** Após os debates sobre o edital, este Conselho deliberou pela aprovação da participação do COEDE/PR como votante nas eleições do CONADE. Em conformidade com os prazos estabelecidos no edital, o Conselho divulgará a lista de candidatos aos conselheiros, para que, na plenária ordinária do COEDE, a ser realizada em 5 de maio de 2025, seja definida a escolha do voto. Ao final, a presidente do Conselho agradeceu a participação de todos os presentes e encerrou a reunião. Esta ata foi elaborada pela secretária executiva Herica Aline de Paula Sarmiento, e posteriormente encaminhada aos conselheiros (as) para aprovação, caso aprovada será publicada no DIOE e publicizada no site do COEDE/PR.